

RISCO À RECUPERAÇÃO

Mais que o dobro da inflação

Pezão sanciona aumento de 5% do piso regional, e Firjan já prevê 25 mil demissões este ano

DANIELLE NOGUEIRA
danielle.nogueira@oglobo.com.br
NELSON LIMA NETO
nelson.neto@extra.com.br

Em meio a uma das piores crises fiscais e econômicas por que passa o estado, o governador do Rio, Luiz Fernando Pezão, sancionou ontem reajuste de 5% do piso regional. O aumento é mais que o dobro da inflação medida pelo INPC — índice de referência para reajustes salariais — de 2017 (2,07%) e tende a piorar a já combalida situação do mercado de trabalho fluminense, segundo especialistas, com elevação do desemprego e da informalidade. A Firjan estima que o novo mínimo leve ao corte de 25 mil empregos este ano, num cenário de fechamento de vagas. A taxa de desemprego do Estado do Rio já estava em 15,1% da força de trabalho no último trimestre de 2017, bem acima da média nacional, de 11,8%. A federação da indústria recorreu à Justiça ontem, questionando a nova lei.

— As pessoas têm que entender que não se cria riqueza com canetada. Quando há crescimento econômico, os empresários conseguem absorver aumentos de custos. Numa economia frágil como a do Rio, a tendência é haver resistência a qualquer pressão sobre as despesas. Para burlar (o novo mínimo), os empresários poderão demitir os empregados e recontratá-los sem carteira assinada — avalia Bruno Ottoni, especialistas em mercado de trabalho da FGV.

Em janeiro, enquanto o país dava sinais de recuperação do mercado de trabalho, com a criação de 77.800 vagas formais, o Estado do Rio fechou 9.800 postos de trabalho.

'IRRESPONSABILIDADE DOS DEPUTADOS'

O reajuste de 5% havia sido aprovado na Alerj há um mês e vai beneficiar cerca de dois milhões de trabalhadores de 170 categorias profissionais. São seis faixas salariais, começando com o piso de R\$ 1.193,36 (doméstica e auxiliar de escritório, por exemplo). A última faixa, que inclui advogados e assistentes sociais, é de R\$ 3.044,78. A lei prevê em um de seus artigos que o piso regional prevaleça sobre negociações coletivas. Ou seja, nenhum trabalhador pode ganhar menos que o mínimo de cada uma das faixas. É justamente este artigo que foi alvo de questionamento da Firjan, sob o argumento de que ele descumpra as regras trabalhistas.

— A Firjan questiona isso há anos. Ele (o artigo), de fato, é inconstitucional. Isso visa a limitar a negociação entre os sindicatos e os empregadores. A partir do momento em que eles colocam a expressão “que fixe o maior”, o piso regional tem que ser respeitado. O piso só deve prevalecer quando não existir a negociação (entre patrão e



Sessão extraordinária. Em fevereiro, deputados aprovaram o reajuste, que vai atingir 2 milhões de trabalhadores de 170 categorias

“

“Não se cria riqueza com canetada. Para burlar (o novo mínimo), os empresários poderão demitir os empregados e recontratá-los sem carteira”

Bruno Ottoni

Especialistas em mercado de trabalho da FGV

empregado) — comentou Gisela Gadelha, gerente-geral do Jurídico da Firjan.

Para José Márcio Camargo, economista da gestora Opus, a aprovação do novo mínimo “é uma irresponsabilidade do governador e dos deputados”. Ele lembra que o Rio tem uma das mais altas taxas de desemprego do país e um dos maiores pisos salariais — o federal é de R\$ 954. O mínimo nacional segue uma fórmula que considera o resultado do PIB dos últimos dois anos mais a inflação do ano anterior. Como o Brasil enfrentou uma de suas maiores recessões, o reajuste federal foi de apenas 1,81%, o menor em 24 anos.

— Não existe pior consequência de um salário mínimo alto que a informalidade — afirmou Camargo.

O discurso de preocupação é reforçado pelo Sindicato de Bares e Restaurantes do Rio de Janeiro (SindRio). Para o presidente Fernando Blower, a tendência de aumento de vagas no setor nos últimos meses não deve se sustentar com o novo cenário:

— A partir de agora, a tendência é que tenhamos mais demissões, menos contratações e aumento do comércio ilegal.

Bruno Sobral, professor de Economia da Uerj, pondera que o aumento não necessariamente aumentará o desemprego ou reduzirá o número de vagas formais. Para ele, o mínimo pode funcionar como

um motor da recuperação econômica fluminense, ao favorecer o aumento do consumo das famílias.

— O aumento acima da inflação é uma espécie de salvaguarda para o trabalhador — disse Sobral, ressaltando que o reajuste, sozinho, não é capaz de tirar o Rio da crise.

IMPACTO DE 0,4% SOBRE A FOLHA

A negociação do piso regional é feita pelo Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda do Estado do Rio de Janeiro (Ceterj). Ele é composto por representantes das centrais sindicais e das federações empresariais e tem mediação do Estado. Para o piso de 2018, os sindicatos pediram reajuste de 5,05%. Já as empresas propuseram correção nula.

Sem acordo, Pezão enviou à Alerj proposta de alta de 2,52%. Mas nem o Estado nem os empregadores esperavam que os deputados aprovassem 5% de reajuste. Pezão defendeu a sanção, dizendo o veto ao projeto atrasaria a aplicação do aumento, já que a Alerj teria de rediscuti-lo.

O efeito sobre as contas públicas será ínfimo, segundo a Secretaria estadual da Fazenda. A estimativa é de alta de R\$ 9,6 milhões por mês, ou 0,4% da folha de pagamento, considerando ativos, inativos e pensionistas. ●

Deputados aprovam reajuste de olho na eleição

Presidente em exercício da Alerj diz que intenção é ‘faturar’

Em ano de eleição, os deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj) decidiram ignorar o cenário de crise e mirar nas urnas. Esta é a avaliação do presidente em exercício da Alerj, André Ceciliano (PT), para justificar um reajuste muito acima da inflação para cerca de dois milhões de trabalhadores.

— Como presidente da Alerj, defendi reajuste de 3%. Quando o percentual de 5% foi proposto, ganhou força. Água morro abaixo e fogo morro acima, não tem quem segure. Em ano eleitoral, os deputados querem faturar — disse Ceciliano.

O texto do piso regional proposto pelo governo previa aumento de 2,52%. Após o envio da proposta para a Alerj, em fevereiro, os deputados apresentaram 125 emendas. Boa parte delas se destinava a elevar o percentual de reajuste. O tema foi levado ao Colégio de Líderes, que reúne as lideranças dos partidos. Parte da base do governo estava disposta a fechar em 3%, mas as conversas seguiram outro rumo.

Segundo o deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB), havia duas opções de reajuste em discussão. Uma previa corrigir só a inflação, e a outra concederia um “ganho a mais” aos profissionais:

— A Casa optou por conceder 5%, que seria a correção monetária mais um ganho, uma compensação por perdas anteriores.

Com taxa de desemprego de 15,1% no estado, o empresariado avalia que terá de demitir. Ainda assim, o deputado André Lazaroni (PMDB), que integra a base, defendeu a decisão e disse que ela foi “correta”. (Nelson Lima Neto e Diego Amorim) ●